

LEGISLAÇÃO

Contratação pública de bens e serviços

- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos) -
- com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de março, Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02 de outubro, Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março.
- Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (Regulamenta a aquisição de bens e serviços), revogado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro à exceção dos artigos 16.º a 22.º e 29.º.
- DIRECTIVA 2004/17/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de março de 2004
- DIRECTIVA 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de março de 2004
- REGULAMENTO (CE) N.º 213/2008 DA COMISSÃO de 28 de Novembro de 2007 – Vocabulário Comum para os contratos públicos (CPV)

Sistema Nacional de Compras Públicas

- Lei n.º 117-A/2012, de 14 de junho (Criação da ESPAP)
- Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro (Criação do Sistema Nacional de Compras Públicas)
- Regulamento n.º 330/2009, de 30 de julho (Estabelece a disciplina aplicável ao SNCP)
- Portaria n.º 103/2011, de 14 de março (Revisão das categorias de bens e serviços dos acordos quadro da ANCP — Alteração à lista anexa à Portaria n.º 772/2008 de 6 de agosto)
- Portaria n.º 420/2009 de 20 de Abril
- Portaria n.º 772/2008, de 6 de agosto (Define as categorias de bens e serviços dos acordos quadro da ANCP)
- Despacho n.º 8846/2011, de 5 de julho (Determina as categorias de bens e serviços, no âmbito dos acordos quadro da ESPAP, a centralizar pela Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Administração Interna)

- Regulamento n.º 1336/2013, da Comissão Europeia, de 14 de dezembro, (Fixa os limiares comunitários para 2014)
- Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho (Estabelece os princípios e regras gerais a que devem obedecer as comunicações, trocas e arquivo de dados e informações, previstas no Código dos Contratos Públicos)
- Portaria n.º 701-A/2008, de 28 de julho (Estabelece os modelos de anúncio aplicáveis aos procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos)
- Portaria n.º 701-D/2008, de 28 de julho (Estabeleceu os modelos de dados estatísticos a remeter pelas entidades adjudicantes à Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP) ou ao Instituto da Construção e do Imobiliário IP)
- Portaria n.º 701-E/2008, de 28 de julho (Aprova os modelos dos blocos técnicos de dados dos relatórios de formação dos contratos)
- Portaria n.º 701-F/2008, de 28 de julho, com as alterações constantes na Portaria n.º 85/2013, de 27 de fevereiro (Regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos — Portal dos Contratos Públicos)
- Portaria n.º 701-G/2008, de 28 de julho (Define os requisitos e condições na utilização das plataformas eletrónicas pelas entidades adjudicantes na fase de formação dos contratos públicos)
- Decreto-Lei 200/2008, de 9 de outubro – aprova o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica, e funcionamento das centrais de compra.
- Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio (Regula o dever de informação e a emissão de parecer prévio relativos à aquisição de bens e à prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.
- Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro (Regulamenta os termos e tramitação do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação.
- Portaria n.º 53/2014, de 03 de março (Regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos Membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública).

Parque de Veículos do Estado

- Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de agosto (Estabelece o regime jurídico do parque de veículos do Estado)

- Portaria n.º 382/2009, de 12 de Março, Estabelece que os serviços e entidades utilizadores do PVE devem informar a Agência Nacional de Compras Públicas E.P.E. (ANCP) sobre os veículos afectos ao seu serviço conforme estabelece o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 170/2008.
- Despacho n.º 13478/2009, de 9 de Junho, Define as condições em que a ANCP assume a condução dos procedimentos de contratação das aquisições nas categorias de Veículos Automóveis e Motociclos e de Seguro Automóvel (quando se destinem a veículos cuja condução do procedimento de contratação de aquisição seja efectuada pela ANCP).
- Regulamento n.º 329/2009, da Agência Nacional de Compras Públicas, de 30 de Julho, E.P.E.
 Procede à centralização, na ANCP, dos procedimentos de aquisição e contratação, incluindo a adjudicação das propostas em representação das entidades compradoras, relativamente aos bens e serviços compreendidos no âmbito do Parque de Veículos do Estado (PVE), definindo ainda a organização dos processos de trabalho e a articulação das relações funcionais entre a Agência Nacional de Compras Públicas, E. P. E. (ANCP), as unidades ministeriais de compras (UMC) e os serviços e entidades utilizadores do PVE.

Regime Orçamental

- Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho (Regime da administração financeira do Estado).
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Regras aplicáveis à assunção de compromissos), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.
- Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho (Normas legais disciplinadoras à aplicação da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.
- Despacho n.º 10959/2013, de 22 de julho (Autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais por entidades que não tenham pagamentos em atraso), publicado no Diário da República n.º 163, 2.ª série, em 26 de agosto.

Outros

- Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de organização e processo do Tribunal de Contas), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 2/2012, de 2 de janeiro, Lei n.º 61/2011, de 07 de dezembro, Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, Lei n.º 35/2007, de 13 de agosto, Retificação n.º 72/2006, de 06 de outubro, Lei n.º 48/2006, de 29 de agosto, Retificação n.º 5/2005, de 14 de fevereiro, Lei n.º 55-B/2004, de 30 de dezembro, Lei n.º 1/2001, de 04 de janeiro, Retificação n.º 1/99, de 16 de janeiro, Lei n.º 87-B/98, de 31 de dezembro
- Resolução n.º 14/2011 do Tribunal de Contas, DR, 2.ª série, n.º 9, de 14 de janeiro de 2009 (Instrução e tramitação dos processos de fiscalização prévia)
- Resolução n.º 1/2009 do Tribunal de Contas, Diário da República, 2.ª série, n.º 156, de 16 de agosto de 2011 (Organização de processos relativos a contratos adicionais).